


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000164-11.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 24/02/2014 15:25:41 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

LUIZ ANTONIO RODA propõe ação declaratória de inexigibilidade de IPVA contra **ESTADO DE SÃO PAULO** aduzindo que o réu apontou a protesto certidão de dívida ativa referente a IPVA do veículo placas BTM-8188. Referido veículo encontra-se em discussão em ação monitória que tramita pela 4ª Vara Cível local. Independentemente disso, o veículo não é mais seu, alienou-o em 24/04/00 e efetuou a comunicação de transferência ao órgão de trânsito. Administrativamente impugnou o lançamento. Na ação cautelar em apenso, o protesto foi susgado. Aduz não ser o responsável pelo débito e pugna pela declaração da inexigibilidade da cobrança.

O réu contestou a ação (fls. 31/33), afirmando não ter o autor interesse processual uma vez que quando da propositura desta ação principal, os débitos já haviam sido cancelados. Requeru a extinção desta ação sem julgamento do mérito.

Nos autos da medida cautelar de sustação de protesto, em apenso, aduz o requerente que o protesto é indevido em razão de não ser responsável tributário.

A liminar foi deferida e susgado o protesto.

Em contestação (fls. 23/24) alega que houve perda superveniente do interesse de agir porque administrativamente o lançamento foi cancelado por decisão datada de 12/12/2013.

Não houve réplica em ambos os processos.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o presente pedido e o dos autos em apenso, na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Há que se reconhecer a perda superveniente do interesse processual em relação à ação cautelar, e ausência de interesse processual em relação à ação principal.

A ação cautelar foi distribuída em 18/11/2013 e ação principal em 10/01/2014, esta em data posterior ao cancelamento do lançamento por decisão administrativa datada de 12/12/2013.

O réu, no entanto, deverá arcar com as verbas sucumbenciais, uma vez que, segundo o princípio da causalidade, foi quem tornou necessária a propositura das ações quando apresentou o protesto o título em 12/11/2013 (fls. 08 da cautelar). Veja-se que a ação principal é obrigatória uma vez movida a cautelar, de modo que, embora o cancelamento administrativo seja anterior à demanda principal, continua a ser imputável à ré porque posterior à cautelar.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO EXTINTOS os processos com fulcro no art. 267, VI do CPC, e CONDENO o réu nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, em cada ação, em R\$ 600,00.

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2014.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--